ARTIGO DE PESQUISA

Contribuições teóricas aos estudos de migrações

Theoretical contributions to migration studies

Contribuciones teóricas a los estudios de las migraciones

KARLA ROSÁRIO BRUMES

Universidade Estadual do Centro Oeste (UNICENTRO)
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9683-2922

Recebido em: 18/02/2026.
Aprovado em: 16/06/2026.
Editora responsável: Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
BRUMES, Karla Rosário. Contribuições teóricas aos estudos de migrações. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 48, e21189, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i48.21189. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/21189. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: O artigo discute as migrações a partir de uma perspectiva feminista, interseccional e decolonial, problematizando limites das abordagens clássicas centradas em determinantes econômicos e no sujeito migrante universalizado. Ao articular contribuições da Geografia, da Sociologia e dos Estudos Migratórios, o texto enfatiza a centralidade da experiência feminina e racializada na produção de territorialidades, pertencimentos e formas de resistência. A noção de sociação é revisitada criticamente, evidenciando tanto seu potencial como espaço de acolhimento, construção de redes e capital social, quanto suas contradições internas, marcadas por hierarquias de gênero, raça e classe. Argumenta-se que migrar implica disputar corpos, territórios e saberes, exigindo deslocamentos epistemológicos capazes de reconhecer mulheres migrantes como agentes políticas e produtoras de conhecimento e espaço.

Palavras-chave: Migrações; Gênero; Interseccionalidade; Sociação; Territorialidade.

ABSTRACT: This article examines migration through a feminist, intersectional, and decolonial lens, critically challenging classical approaches centered on economic determinism and the universalized migrant subject. Drawing on Geography, Sociology, and Migration Studies, it highlights the centrality of gendered and racialized experiences in the production of territorialities, belonging, and resistance. The concept of sociation is revisited to explore both its potential as a space of support, network-building, and social capital formation, and its internal contradictions shaped by hierarchies of gender, race, and class. The paper argues that migration entails disputes over bodies, territories, and knowledge, requiring epistemological shifts that recognize migrant women as political agents and active producers of space and situated knowledge.

Keywords: Migration; Gender; Intersectionality; Sociation; Territoriality.

RESUMEN: El artículo discute las migraciones desde una perspectiva feminista, interseccional y decolonial, problematizando los límites de

los enfoques clásicos centrados en determinantes económicos y en el sujeto migrante universalizado. Al articular aportes de la Geografía, la Sociología y los Estudios Migratorios, el texto enfatiza la centralidad de la experiencia femenina y racializada en la producción de territorialidades, pertenencias y formas de resistencia. La noción de sociación es revisitada críticamente, evidenciando tanto su potencial como espacio de acogida, construcción de redes y capital social, como sus contradicciones internas, marcadas por jerarquías de género, raza y clase. Se argumenta que migrar implica disputar cuerpos, territorios y saberes, exigiendo desplazamientos epistemológicos capaces de reconocer a las mujeres migrantes como agentes políticas y productoras de conocimiento y espacio.

Palabras clave: Migraciones; Género; Interseccionalidad; Sociación; Territorialidad.

Introdução

As migrações reconfiguram múltiplas escalas do espaço contemporâneo, tensionando fronteiras e categorias identitárias. Historicamente, as análises basearam-se em determinantes socioeconômicos, priorizando estruturas macroeconômicas e relativizando o papel dos sujeitos. Sob o prisma de Massey (1994), o espaço é relacional e constituído por interações desiguais, exigindo abordagens que articulem as dimensões materiais, simbólicas e subjetivas da mobilidade.

A partir da década de 1990, a "virada cultural" nas ciências sociais deslocou o foco das análises quantitativas para as subjetividades e práticas culturais. Na Geografia, isso implicou o trânsito de uma medição de fluxos para o entendimento dos sentidos atribuídos ao deslocamento e à produção de territórios pelos migrantes. Embora fatores econômicos sejam decisivos, reduzi-los a únicos condicionantes é um equívoco analítico, pois as práticas subjetivas frequentemente "excedem" as causas objetivas que as determinam.

A incorporação da Geografia Feminista demonstrou que os deslocamentos são vividos de forma desigual a partir de marcadores como gênero, raça, classe e nacionalidade. No Brasil, Piscitelli (2004) evidencia que a experiência feminina é atravessada pela colonialidade do poder e pela naturalização do trabalho de cuidado atribuído a mulheres racializadas.

A migração, portanto, não é um fenômeno neutro; ela é "generificada" e produz disputas sobre corpos e memórias. A interseccionalidade surge como chave fundamental para analisar como múltiplos eixos de diferenciação operam conjuntamente, estruturando vulnerabilidades e formas de resistência. Mais do que incluir mulheres no debate, trata-se de um ato de "justiça cognitiva" que reconhece migrantes como agentes políticas e produtoras de conhecimento. Este artigo organiza-se em três movimentos: a discussão crítica dos limites das categorias clássicas; a análise da sociação como prática espacial de resistência e construção de vínculos; e, por fim, a exploração da centralidade feminina na produção de territorialidades migrantes.

2 Migrações: perspectivas teóricas

Desde a década de 1990, os estudos sobre migrações têm sido fortemente influenciados por novas abordagens oriundas da sociologia qualitativa, da antropologia, da geografia humana e dos estudos culturais. Como observa Blunt (2007a), essa renovação esteve associada à consolidação da chamada virada cultural nas ciências sociais, que deslocou o foco de análises predominantemente quantitativas e demográficas para perspectivas interessadas em subjetividades, espacialidades e práticas culturais. Na Geografia, em particular, essa mudança implicou o trânsito de uma geografia da população — voltada à mensuração de fluxos e saldos migratórios — para abordagens que enfatizam o sentido atribuído aos deslocamentos, as experiências vividas e a produção de identidades e territórios por sujeitos migrantes.

Parte das discussões teóricas que emergiram nesse contexto buscaram compreender o ato de migrar como resultado de um conjunto de fatores que articulam dimensões macroestruturais e microestruturais, incorporando tanto impulsos coletivos quanto decisões individuais. Conforme afirmam Abud *et al*. (2008), fatores econômicos constituem elementos decisivos no processo migratório; entretanto, como advertem os próprios autores, reduzir a migração a condicionantes meramente econômicos constitui equívoco analítico. Nas palavras de Abud *et al*. (2008,

p. 2), “nos movimentos migratórios, não se pode negligenciar a existência de outros fatores que estão para além desses elementos meramente econômicos”, uma vez que deslocamentos implicam transformações profundas nas relações entre sujeitos e espaço — entendido não como cenário neutro, mas como construção geográfica carregada de significações socioculturais.

No mesmo sentido crítico, Bakewell (2010) argumenta que a aplicação da teoria da estruturação às migrações, embora atraente em termos teóricos, não produziu avanços significativos para a consolidação de uma teoria consistente do fenômeno migratório. Para o autor, as dificuldades empíricas de operacionalizar o dualismo entre agência e estrutura — núcleo da teoria giddensiana — limitaram seu potencial explicativo. Esse diagnóstico contribuiu para abrir espaço a perspectivas que passaram a enfatizar dimensões como etnia, identidade, cidadania e cultura, compreendendo-as não como variáveis auxiliares, mas como componentes centrais para compreender a complexidade das migrações no mundo contemporâneo.

Esse movimento teórico reforça a necessidade de pensar a migração como fenômeno social que se inscreve no terreno das relações sociais e simbólicas. Como alerta Mezzadra (2004, p. 18), os fluxos migratórios contemporâneos não podem ser reduzidos às leis de oferta e procura que regem a divisão internacional do trabalho, pois “as práticas e demandas subjetivas que as migrações expressam ‘excedem’ as causas objetivas que as determinam”. A afirmação evidencia que migrar envolve dimensões de desejo, expectativa, afeto, imaginação e construção de projetos de vida, o que exige incorporar à análise elementos que escapam à lógica estritamente econômica.

A ampliação e a massificação dos movimentos migratórios, observadas nas últimas décadas, têm também provocado transformações identitárias e culturais profundas. Segundo Appadurai (2004a), a intensificação dos fluxos transnacionais gerou crescente instabilidade das subjetividades e identidades modernas, ao mesmo tempo em que intensificou contatos interculturais, voluntários ou forçados. A migração instaura rupturas e reconfigurações: embora não apague totalmente as referências simbólicas e materiais anteriores, induz processos de reelaboração de laços, percepções e orientações identitárias. Assim, mais do que deslocamento espacial, migrar implica reorientação de sentidos, na qual referências culturais, memórias e pertenças são ressignificadas conforme os sujeitos se inserem em novos contextos socioterritoriais.

Esse quadro reforça a centralidade da dimensão cultural nos debates sobre migração, mas também evidencia que interculturalidade não pode ser compreendida apenas como celebração da diversidade. Conforme aponta a literatura especializada, a interculturalidade envolve disputas de poder e requer efetivação política do direito à mobilidade, à conexão e à cidadania. A circulação de pessoas e culturas cria espaços de convivência, mas também acirra conflitos e revela desigualdades estruturais que atravessam a sociedade, exigindo análises que articulem cultura, política e território.

Nas distintas tradições analíticas dos estudos migratórios, observa-se confluência de abordagens e disciplinas que, cada qual a partir de seus referenciais teóricos e metodológicos, compõem um amplo mosaico interpretativo sobre o fenômeno: os sujeitos que migram, seus movimentos, os processos materiais e imateriais envolvidos, os efeitos espaciais e sociais, os símbolos e as transformações culturais dele decorrentes.

Em contextos marcados por sistemas econômicos de espoliação, a migração foi frequentemente interpretada como instrumento funcional ao capitalismo, cujo objetivo seria maximizar lucros e manter um contingente populacional em permanente disponibilidade. Nesse sentido, deslocamentos populacionais seriam resultado de estruturas desiguais e injustas, que empurram determinados grupos sociais à mobilidade forçada. Tais interpretações se apoiam na noção de que o capitalismo requer um "exército de reserva" de trabalhadores circulando entre territórios, dispostos a aceitar condições precárias de sobrevivência — leitura coerente com sua formulação original.

Assim, analisada sob essa ótica, a migração não aparece como fenômeno natural ou espontâneo, mas como produto de contextos econômicos, políticos, sociais e ideológicos que produzem desigualdades e subordinam determinados grupos populacionais a condições de vulnerabilidade. No entanto, reduzir o fenômeno migratório a essa lógica econômica — embora importante para desvelar mecanismos estruturais de exploração — é insuficiente, pois negligencia a agência dos sujeitos, seus projetos de vida e a potência transformadora que mobilizam ao reconstruírem suas trajetórias em diferentes territórios.

Ao mesmo tempo, torna-se essencial reconhecer que a migração produz efeitos significativos tanto nos lugares de origem quanto nos de destino. Como destacam Matos e Braga (2002), os deslocamentos carregam consigo elementos indispensáveis à expansão dos espaços de inserção, tais como força de trabalho, capital, conhecimento, práticas culturais e padrões de consumo. Essa constatação desafia abordagens que tratam os migrantes como sujeitos desprovidos de recursos, mostrando que eles têm papel ativo na dinamização econômica, cultural e social dos territórios. No entanto, relacionar dimensões econômicas e socioculturais nas análises migratórias não é tarefa simples, pois envolve articular variáveis que se manifestam em múltiplas escalas — do cotidiano à economia-mundo — e atravessam dimensões materiais e simbólicas.

Essa complexidade é ampliada pelo fato de que as migrações provocam rearranjos socioespaciais simultâneos no lugar de origem e no de destino. A compreensão das migrações exige considerar simultaneamente o lugar de origem e o de destino, evitando análises que focalizam apenas um dos lados do processo. Sayad (1998; 2000) enfatiza que os deslocamentos se inserem em redes sociais, históricas e culturais que estruturam tanto o partir quanto o chegar, e que sua análise demanda atenção às estruturas sociais preexistentes, às quais o migrante se ajusta, confronta ou ressignifica a partir de sua experiência.

Como discutido por Sayad (1998), a análise das migrações demanda compreender simultaneamente o lugar de origem e o de destino, considerando o entrelaçamento de estruturas sociais, simbólicas e políticas que conformam o deslocamento. Em obra posterior, Sayad (2000) aprofunda essa perspectiva ao destacar que migrar não é apenas um ato físico de "sair" e "chegar", mas um processo social que envolve desencaixe, suspensão e reinscrição de pertencimentos, expectativas e identidades. Esta leitura permite compreender as migrações como fenômenos complexos, nos quais os sujeitos se veem imersos em relações de poder, rupturas e negociações que não se encerram com o assentamento no novo território, mas se reatualizam permanentemente.

Autores como Antico (2005a), Touraine (1994), Charlot (2000) e Certeau (1994) também reconhecem a migração como espaço privilegiado para analisar dinâmicas de construção identitária, uma vez que, por definição, ela implica transformação social e cultural. Esses autores iluminam dimensões da experiência migratória que

extrapolam explicações estruturais, enfatizando processos de subjetivação, produção de sentido e elaboração de estratégias individuais e coletivas que emergem diante do desafio de viver em novos contextos socioterritoriais. Assim, a migração é interpretada como experiência que reconfigura identidades, desloca referenciais e convoca os sujeitos a reinventarem sua posição no mundo.

Nesse processo, o/a migrante insere-se em novos espaços marcados por contradições, disputas e diferenças. O estranhamento inicial, decorrente do confronto com códigos culturais e sociais distintos, exige dos sujeitos um esforço contínuo de interpretação e adaptação. Como resultado, as relações sociais no lugar de destino vão sendo tecidas gradualmente, a partir do conhecimento do entorno e da construção de vínculos capazes de atenuar o sentimento de desenraizamento. Contudo, quando esse desenraizamento não se concretiza — seja porque o vínculo com o território de origem permanece muito forte, seja porque não há condições de inserção efetiva no novo espaço — o/a migrante passa a habitar uma zona intermediária, vivendo entre realidades distintas e, muitas vezes, sem se reconhecer plenamente em nenhuma delas.

Nesse contexto de tensões, Santos (1999) argumenta que os sujeitos migrantes desenvolvem o que denomina espírito alerta, uma capacidade de vigília e reinvenção que lhes permite refazer planos, ressignificar projetos e reorientar expectativas diante do novo cenário que enfrentam. Essa habilidade de reorganizar-se, ainda que em condições adversas, expressa agência e criatividade, e contribui para questionar leituras que reduzem o migrante a vítima passiva das estruturas socioeconômicas. Ao contrário, evidencia-se que os sujeitos constroem trajetórias próprias e reinventam cotidianidades, ainda que dentro de marcos limitantes e assimétricos.

Tais reflexões apontam para uma mudança de chave interpretativa importante: compreender a migração não apenas como efeito de estruturas opressoras, mas também como experiência que produz novas subjetividades, ativa recursos socioafetivos e cria possibilidades de reinvenção da existência. A migração, portanto, não é apenas sobre deslocar-se; é sobre transformar-se. Esta constatação estabelece um terreno fértil para inserir novos elementos analíticos — particularmente o recorte de gênero — que tensionam e ampliam as leituras correntes sobre o fenômeno migratório.

É precisamente nesse ponto que se torna necessário marcar uma transição analítica: embora significativa, a literatura clássica da migração permaneceu limitada ao não problematizar suficientemente como gênero, raça, classe, sexualidade, geração e outras dimensões de diferenciação atravessam a experiência migratória. Durante décadas, a migração foi tratada como fenômeno neutro ou universal, como se impactasse todos os sujeitos de maneira semelhante. Com isso, produziu-se um efeito de ocultamento: experiências de mulheres, populações racializadas, sujeitos LGBTQIA+, povos indígenas e outros grupos subalternizados permaneceram ausentes ou secundarizadas nas interpretações hegemônicas do fenômeno.

Esse silenciamento não ocorreu por acaso — ele expressa a persistência de um paradigma androcêntrico e eurocentrado que moldou a produção do conhecimento científico nas ciências sociais. Por muito tempo, o sujeito migrante foi presumido como homem, heterossexual, adulto e provedor econômico, e a migração feminina foi interpretada como derivada, acessória ou de acompanhamento familiar. Essa lente limitou a compreensão sobre o fenômeno e reforçou representações estereotipadas que reduziram mulheres migrantes a figuras de dependência, fragilidade ou carência.

Nesse cenário, as teorias da interseccionalidade surgem como chave de leitura fundamental para compreender como distintos marcadores sociais interagem na produção das experiências migratórias. Como propõem Brah e Phoenix (2004), a interseccionalidade permite analisar situações em que múltiplos eixos de diferenciação — tais como gênero, raça, classe, etnia, sexualidade, geração e nacionalidade — operam conjuntamente, estruturando condições de vida, oportunidades, vulnerabilidades e formas de reconhecimento. No contexto migratório, essa abordagem possibilita compreender, por exemplo, por que mulheres negras imigrantes ocupam posições sociais distintas de mulheres brancas imigrantes, ainda que ambas compartilhem a experiência do deslocamento.

Apesar de sua relevância, as teorias da interseccionalidade não estiveram isentas de críticas. Young (1995) alerta para dois riscos frequentemente associados ao seu uso: o primeiro seria a tendência a um "regresso infinito" de categorias, que fragmentaria a análise ao ponto de inviabilizar a construção de coletivos; o segundo, a dificuldade de justificar a priorização de determinados eixos de diferenciação em detrimento de outros. No entanto, tais críticas nem sempre se aplicam ao campo dos estudos migratórios. Na perspectiva que aqui se adota, a análise interseccional não fragmenta o fenômeno, mas, ao contrário, permite geografizar a migração, evidenciando como a produção de diferenças se materializa em territórios específicos e como certas corporalidades, histórias e identidades são mais ou menos legitimadas conforme os contextos. Nesse sentido, a contribuição de Massey (2008) é pertinente ao defender que a capacidade de identificar, reconhecer e analisar a diferença constitui elemento característico da ciência geográfica.

A reflexão interseccional ganha força quando articulada com aportes feministas que criticam as bases teóricas que sustentaram os estudos migratórios por décadas. Como destaca Scott (1986, p. 13), imprimir um caráter feminista à análise da migração significa "insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens". Trata-se de um chamado a romper com a neutralidade suposta das categorias analíticas e a interrogar como as desigualdades de gênero são produzidas, legitimadas e naturalizadas nos movimentos migratórios.

A esse debate soma-se uma questão fundamental: embora os estudos sobre trabalho de cuidado e serviço doméstico tenham sido cruciais para denunciar a opressão e exploração vivenciadas por mulheres imigrantes, tais análises frequentemente reforçaram estereótipos sobre essas mulheres, associando-as de maneira homogênea à pobreza, baixa escolaridade e subalternidade. Como indicam Ehrenreich e Hochschild (2004), a globalização hegemônica impulsionou a inserção de mulheres migrantes em mercados de trabalho precarizados e feminizados, particularmente no setor de cuidados, configurando fluxos transnacionais de trabalho que reproduzem hierarquias coloniais e patriarcais. Contudo, limitar a análise das mulheres migrantes a essa posição reforça um enquadramento que as fixa no lugar da vulnerabilidade, impedindo reconhecer sua agência, pluralidade e potência criadora.

É nesse ponto que a articulação entre migração e gênero exige avanços teóricos e metodológicos capazes de superar tanto a invisibilização quanto a vitimização das mulheres migrantes. Em lugar de enquadrá-las como sujeitos frágeis, dependentes ou meramente reativos, é necessário reconhecê-las como agentes sociais que constroem redes, estratégias e territorialidades, influenciam dinâmicas familiares e comunitárias, participam de economias globais, produzem cultura e conhecimento, tensionam normas de gênero e constroem formas próprias

de resistência. Tal compreensão abre caminho para análises que valorizem sua atuação política, suas práticas de cuidado, seus saberes e sua capacidade de reconstruir mundos nos territórios que habitam.

A incorporação das perspectivas feministas, críticas e decoloniais aos estudos migratórios intensifica a mudança epistêmica iniciada com a interseccionalidade, deslocando o eixo interpretativo e provocando uma revisão profunda das categorias tradicionalmente utilizadas para explicar o fenômeno. Ao reconhecer que a migração é generificada, racializada e atravessada por múltiplas relações de poder, amplia-se a compreensão sobre quem migra, por que migra, como migra e o que significa instalar-se em um novo território enquanto corpo marcado por diferenças historicamente produzidas.

Nesse percurso, as contribuições de autoras feministas pós-coloniais e decoloniais tornam-se fundamentais para tensionar não apenas a ausência de gênero nas teorias migratórias, mas também o fato de que quando mulheres foram incluídas, frequentemente foram analisadas a partir de enquadramentos eurocêntricos, brancos e de classe média, que não correspondiam à realidade de grande parte das mulheres migrantes. Lugones (2008), ao discutir a colonialidade de gênero, demonstra que o patriarcado europeu impôs classificações hierarquizadas de humanidade, nas quais mulheres indígenas, negras e racializadas foram situadas abaixo das mulheres brancas e, muitas vezes, próximas da categoria de "não humano". Essa hierarquização foi central para os processos coloniais e permanece nas estruturas sociais atuais, afetando diretamente a forma como mulheres racializadas e migrantes são percebidas, tratadas e representadas.

A esse argumento soma-se a contribuição de Oyěwùmí (1997), ao demonstrar que o gênero, tal como concebido no Ocidente, não pode ser tratado como categoria universal, pois em muitas culturas africanas — como no povo Yorubá — ele não estruturava originalmente as relações sociais. Essa crítica é essencial para os estudos migratórios, pois alerta para o risco de impor categorias ocidentais a realidades diversas, apagando epistemologias e ontologias de grupos subalternizados. Quando mulheres africanas, indígenas ou asiáticas migram, trazem consigo formas de organização social, familiar e comunitária distintas, e a imposição de referenciais ocidentais sobre elas representa nova camada de violência epistêmica.

Além disso, autoras como Hooks (1994), Anzaldúa (1987) e Collins (2000) contribuem para ampliar o entendimento da experiência migratória ao enfatizarem que as identidades são formadas em meio a relações de poder, fronteiras simbólicas e encontros interculturais atravessados por raça, gênero, classe e sexualidade. Anzaldúa (1987), por exemplo, ao trabalhar a noção de *borderlands*, evidencia que viver entre fronteiras — sejam geográficas, linguísticas ou identitárias — produz subjetividades híbridas, criativas e insurgentes, que reconfiguram modos de existir e de relacionar-se. Essa reflexão é altamente pertinente ao campo migratório, ao iluminar a potência que emerge de experiências de transitar entre mundos, línguas e culturas.

Essas contribuições feministas e decoloniais permitem compreender que a migração não pode ser analisada apenas como deslocamento entre Estados-nação, mas como experiência que mobiliza disputas por corpos, territórios, identidades e memórias. Ao mesmo tempo, elas desnaturalizam explicações culturalistas simplificadoras que erotizam mulheres migrantes ou reduzem a migração feminina ao imaginário de submissão, fragilidade ou dependência.

A denúncia feita por Ehrenreich e Hochschild (2004) sobre a inserção de mulheres migrantes em cadeias globais de cuidado foi fundamental para revelar a exploração que sustenta a economia do cuidado no Norte global e em elites do Sul. Entretanto, como indicam críticas mais recentes, esse enquadramento, quando tomado isoladamente, pode reforçar a imagem da mulher migrante como vítima passiva, apagando formas de agência, enfrentamento e criação que elas constroem no cotidiano.

Exemplos concretos ilustram como essas desigualdades e resistências se manifestam nos territórios. No Brasil, mulheres bolivianas que trabalham em oficinas de costura em São Paulo enfrentam exploração laboral, racismo e violência de gênero; contudo, articulam redes de apoio, criam associações comunitárias, organizam festas tradicionais e utilizam espaços públicos como forma de afirmar identidades culturais e fortalecer laços coletivos. De modo semelhante, mulheres haitianas no Sul do Brasil constroem redes religiosas, de cuidado e de apoio à maternidade, ressignificando o território de acolhimento e criando espaços de sociabilidade que preservam vínculos com o país de origem. Em contexto internacional, mulheres sírias refugiadas na Alemanha e na Turquia mobilizam redes de solidariedade e projetos culturais para reconstrução de identidade e pertencimento, enquanto mulheres filipinas empregadas como cuidadoras em países do Golfo criam movimentos transnacionais de denúncia de abusos e reivindicação de direitos.

Essas experiências demonstram que, embora enfrentem múltiplas camadas de opressão, mulheres migrantes também constroem formas de resistência e agência que desafiam normas de gênero, fronteiras e hierarquias. Isso evidencia a necessidade de analisar a migração a partir de lentes que valorizem não apenas a dimensão estrutural da opressão, mas igualmente as estratégias de sobrevivência, solidariedade, criação e luta política encarnadas nos corpos e práticas dessas mulheres. A produção de territorialidades femininas — seja em cozinhas comunitárias, igrejas, praças, salões de beleza, feiras culturais, ocupações urbanas ou redes digitais — revela espacialidades alternativas que desafiam a lógica patriarcal, colonial e capitalista que estrutura as cidades contemporâneas.

A análise dessas práticas permite compreender que a resistência das mulheres migrantes não é necessariamente grandiosa ou espetacular; muitas vezes, manifesta-se no cotidiano, nos pequenos gestos de cuidado, na manutenção da língua materna, na circulação de receitas culinárias, na transmissão de narrativas às crianças, na organização de grupos de apoio e nas práticas corporais e espirituais que preservam memórias e constroem pertencimento. Essas ações configuram o que diversas autoras têm chamado de insurgências cotidianas — formas de resistência que não dependem de enfrentamento frontal ao sistema, mas que produzem fissuras na ordem dominante ao criarem espaços de autonomia e afirmação de vida. Ao ocupar, reconfigurar e ressignificar territórios, mulheres migrantes reconstroem o sentido de “lar” e ampliam o horizonte do que significa pertencer.

Nesse mesmo campo crítico, a contribuição de Ahmed (2004a) ilumina o afeto como dimensão analítica relevante para os estudos migratórios. Ao discutir como emoções circulam e moldam corpos, relações e fronteiras, a autora evidencia como afetos como medo, desconfiança ou empatia regulam a aproximação ou afastamento entre grupos e, assim, estruturam formas de hospitalidade ou hostilidade. Essa abordagem é útil para interpretar discursos xenófobos, políticas restritivas e práticas de exclusão, assim como para valorizar dinâmicas de cuidado, acolhimento e solidariedade produzidas por coletivos migrantes.

Desse modo, ao articular feminismos, interseccionalidade e decolonialidade, produz-se um quadro analítico capaz de compreender as migrações como campo de disputa não apenas material, mas também epistêmica e ontológica. Essa articulação evidencia que o desafio não é apenas incluir mulheres migrantes nas narrativas existentes, mas transformar os próprios marcos teóricos que sustentaram essas narrativas. Não basta adicionar gênero aos estudos migratórios: é necessário questionar como a produção do conhecimento foi estruturada por epistemologias racistas, patriarcais e coloniais, e propor modos alternativos de pensar, sentir e interpretar o fenômeno.

A partir desse entendimento, a noção de saberes situados torna-se central, pois reforça que o conhecimento é produzido a partir de posições específicas, marcadas por relações de poder, histórias e experiências concretas. Ouvir e legitimar as vozes de mulheres migrantes — por meio de narrativas, pesquisas colaborativas, etnografias sensíveis, projetos comunitários, produções artísticas ou registros orais — não é apenas uma escolha metodológica, mas um ato político de justiça cognitiva. Essa orientação desloca a pesquisa de um modelo extrativista, no qual os migrantes são tratados como fontes de dados, para uma relação ética que reconhece sua participação como produtores de conhecimento.

Essa mudança epistêmica tem implicações diretas sobre a forma como se concebem políticas públicas e ações sociais voltadas para populações migrantes. Quando se assume que mulheres migrantes são portadoras de saberes, estratégias e análises sobre o mundo, abre-se espaço para que ocupem não apenas os lugares de beneficiárias das políticas, mas também de formuladoras, gestoras e avaliadoras dessas ações. Em algumas cidades brasileiras, coletivos de mulheres migrantes já participam de conselhos municipais, redes de enfrentamento à violência e iniciativas de cultura e educação, reivindicando o direito de influenciar decisões que afetam suas vidas e territórios. Em escala internacional, movimentos de trabalhadoras domésticas migrantes em países como Espanha, Estados Unidos e Emirados Árabes têm conquistado reconhecimento e avanços legais através de mobilização transnacional, evidenciando a força política desses coletivos.

A incorporação de perspectivas feministas, interseccionais e decoloniais aos estudos migratórios reafirma que compreender a migração exige superar leituras fragmentadas e hegemonicamente estruturadas. Os elementos discutidos nos blocos anteriores demonstram que migrar não é apenas deslocar-se geograficamente, mas transitar entre regimes de poder, normas de gênero, hierarquias raciais, expectativas culturais e estruturas políticas historicamente constituídas. Nesse sentido, a análise das migrações contemporâneas deve reconhecer simultaneamente as condicionantes estruturais que moldam os fluxos e a agência dos sujeitos que, mesmo em condições adversas, reconfiguram territórios, significados e sociabilidades.

Do ponto de vista institucional e político, esse reposicionamento exige que universidades, governos e organizações da sociedade civil reestruturem suas práticas. A pesquisa acadêmica deve abandonar o extrativismo epistêmico, abrindo-se a metodologias compartilhadas, produção colaborativa de conhecimento e reconhecimento dos saberes situados. As políticas migratórias precisam deslocar-se de uma lógica de controle, tutela ou assimilação para modelos que garantam direitos, participação e corresponsabilidade. Do mesmo modo, políticas de gênero e de enfrentamento ao racismo devem considerar as especificidades das experiências migratórias, sob pena de reproduzir as desigualdades que afirmam combater.

Por fim, se há algo que unifica a pluralidade dos estudos sobre migrações é a centralidade conferida aos sujeitos migrantes e às territorialidades que produzem. A diversidade das experiências não elimina a possibilidade de unidade analítica — ela a complexifica. Reconhecer essa dialética entre diversidade e unidade é fundamental para avançar em interpretações mais justas, potentes e comprometidas com a transformação social. Assim, mais do que acrescentar gênero às teorias migratórias, trata-se de reconfigurar os referenciais que definem quem é visto, ouvido e legitimado como produtor de conhecimento e de território.

Encerrar esta reflexão exige afirmar que pensar migração a partir de uma perspectiva feminista, interseccional e decolonial não é um exercício complementar ou opcional, mas um deslocamento epistemológico indispensável para compreender o mundo contemporâneo. Enquanto as teorias não forem capazes de enxergar quem historicamente foi mantida fora do campo de visão, continuaremos produzindo leituras incompletas — e, portanto, injustas — sobre o que significa migrar.

3 Migrações a partir da sociação

A primeira coisa que "Aline" sentiu ao descer do ônibus no Terminal do Tietê, em São Paulo, não foi o cheiro de gasolina misturado a café requentado, mas um vazio fundo — uma sensação de que o chão sob seus pés era feito de perguntas. Carregando uma mochila vermelha, onde guardava o diploma de professora do ensino primário obtido em Porto Príncipe, ela cruzou o saguão observando letreiros em português, francês, inglês, e um som que atravessava como corrente elétrica: "moreninha, vem cá". Seu corpo negro, de mulher haitiana, parecia anunciar sua chegada antes mesmo que ela falasse. Não conhecia ninguém ali, mas sabia de seus novos marcadores: migrante, negra, estrangeira — e, como descobriria mais tarde, "suspeita".

As primeiras semanas foram guiadas por indicações de outros haitianos encontrados numa igreja evangélica na zona leste, onde a acolheram com abraços e promessas de ajuda, mas também com advertências sobre "como se comportar no Brasil". Entre cultos, faxinas em casas de família e mensagens de áudio trocadas com mulheres espalhadas entre São Paulo, Santiago, Paris e Miami, Aline foi tecendo fios de pertença possíveis. Nas madrugadas, em silêncio, sentia a presença de sua mãe, ainda no Haiti, como se a distância pudesse ser dobrada pelas chamadas de vídeo. Naquela rede invisível — de afetos, conselhos, receitas, preces e informações sobre empregos — começava a se formar um território outro, não exatamente brasileiro, tampouco haitiano: um entre.

Essa pequena cena poderia ser de Aline, de Marie-Claire, de Roseline, de centenas de mulheres haitianas, venezuelanas, bolivianas ou congolesas que chegam às metrópoles brasileiras. Elas não apenas atravessam fronteiras geopolíticas, mas também fronteiras epistêmicas, raciais, de gênero e de classe, que modulam as condições de possibilidade de pertencimento. É nesse cenário que a noção de sociação migrante ganha densidade analítica, mas também exige ser tensionada, desnaturalizada e relida à luz de epistemologias decoloniais e críticas interseccionais.

A tradição sociológica inaugurada por Simmel (1983) legou-nos uma compreensão refinada da forma social como elemento estruturante da vida associativa. Ao definir sociação como a forma pela qual indivíduos se reúnem voluntariamente para realizar objetivos comuns e construir sentidos coletivos, Simmel ofereceu um instrumental conceitual ainda hoje potente para compreender como vínculos sociais emergem em contextos de mobilidade.

Contudo, ao aplicar essa lente ao fenômeno migratório contemporâneo — marcado por colonialidade, racialização, regimes de fronteiras e intersecções de poder — torna-se necessário deslocar o olhar para além da aparente neutralidade do conceito.

Ao tratar a sociação como um fenômeno essencialmente voluntário e livre, Simmel parte de um pressuposto universalista e eurocentrado da vida social, no qual a capacidade de associação seria inerente a todos os sujeitos, sem considerar as condicionantes históricas e estruturais que moldam quem pode ou não se associar, em que condições, com quais custos e sob quais formas de reconhecimento. Esse ponto cego teórico é revelado quando aproximamos o conceito das contribuições de Abdelmalek Sayad (1998) sobre a "dupla ausência", que evidencia que o imigrante não escolhe livremente os termos de sua inserção social; de Nira Yuval-Davis (2011) e sua teoria do pertencimento atravessado por gênero, raça, nacionalidade e classe; e de Achille Mbembe (2018) sobre regimes de fronteiras que modulam a circulação e produzem zonas de precariedade ontológica.

Assim, antes de tomarmos a sociação migrante como um dado ou uma decorrência natural da convivência em diáspora, faz-se necessário problematizar: quem associa quem, para quê, sob quais regras e com quais assimetrias de poder? Há alianças possíveis — como aquelas que permitiram a Aline encontrar pão, acolhimento e um colchão para dormir — mas também há normas internas, vigilâncias e moralidades que atuam como dispositivos de controle da conduta. Em outras palavras, a sociação não é apenas espaço de acolhida; pode ser também campo de disputa e regulação.

A perspectiva decolonial ajuda a revelar que as condições de possibilidade para a sociação migrante não surgem num vazio histórico, mas estão inscritas na colonialidade do poder (Quijano, 2005), que hierarquiza corpos e saberes; na colonialidade do ser (Maldonado-Torres, 2007), que marca subjetividades como menos humanas; e na colonialidade da fronteira (Walsh, 2013), que transcende limites territoriais e se infiltra nas relações cotidianas, distinguindo aqueles autorizados a pertencer dos que permanecem como estrangeiros eternos. Essa chave de leitura permite compreender que as formas de sociação migrante são simultaneamente estratégias de sobrevivência, resistência e reexistência diante de estruturas que produzem exclusão.

É nesse entrelaçamento — entre Simmel e Sayad, entre a sociologia clássica e as epistemologias do Sul, entre a teoria da forma e a crítica da colonialidade — que este texto se inscreve. O objetivo é explorar a sociação migrante como forma social e como arena política, como produção de territórios de pertencimento e como espaço de negociações identitárias, mas também como *locus* de tensões internas, reprodução de hierarquias e mecanismos de vigilância cultural. Ao longo das próximas seções, será desenvolvido um percurso que articula sociologia, geografia, estudos de migração e epistemologias decoloniais, buscando tensionar o conceito de sociação e reinscrevê-lo em um horizonte crítico capaz de dar conta da complexidade da experiência migrante no Sul-Global.

3.1 Simmel e a forma da sociação: potências e limites à luz das migrações

A contribuição de Simmel (1983) permanece fundamental para compreender como a vida social se organiza a partir de formas que estruturam a interação humana. Sua noção de forma social permitiu deslocar o foco da análise do conteúdo das relações para as dinâmicas que as constituem: dominação, subordinação, conflito, cooperação, segredo, sociabilidade — todas passíveis de serem encontradas em diversos contextos históricos e culturais. Em seu entendimento, a sociação emerge quando indivíduos, antes isolados, entram em relação e constituem uma

unidade orientada por um sentido compartilhado, ainda que efêmero. É um movimento que ultrapassa a coexistência e produz um "nós", mesmo que transitório.

Ainda que Simmel não tenha desenvolvido sua teoria especificamente para pensar a migração, a aplicabilidade do conceito à vida de migrantes parece evidente ao observarmos como eles criam redes de apoio, grupos religiosos, associações culturais, coletivos femininos e espaços comunitários. A sociação, nestes casos, tende a ser uma resposta à experiência de deslocamento que rompe redes de pertencimento prévias e exige a reconstrução de vínculos no novo território. Assim, a forma social da sociação se manifesta como gesto de acolhimento, reconstrução identitária e busca de segurança emocional em meio ao estranhamento.

No entanto, é justamente nesse ponto que se produz um tensionamento teórico. A leitura simmeliana, formulada num contexto europeu do início do século XX, pressupõe uma certa neutralidade e voluntariedade do ato de associar-se, partindo de um sujeito abstrato, burguês, urbano e dotado de relativa autonomia frente ao Estado e às estruturas sociais. Ao transpor o conceito para a realidade de migrantes racializados/as, feminilizados/as, empobrecidos/as e marcados/as pela colonialidade, torna-se impossível ignorar que a sociação não se dá em um campo plano. Para muitos migrantes — como Aline, na vinheta — associar-se não é apenas um ato voluntário, mas uma necessidade de sobrevivência, uma forma de mitigar vulnerabilidades e encontrar inserção social em contextos em que o racismo estrutural, o sexismo e a xenofobia limitam radicalmente as possibilidades de existir.

Simmel reconhece que a sociação comporta contradições: pode acolher, mas também controlar; pode libertar, mas também restringir; pode fortalecer identidades, mas também as diluir. Contudo, a dimensão do poder não aparece como eixo problematizador central em sua formulação. É aqui que autores posteriores ampliam e tensionam o conceito, trazendo elementos cruciais para uma leitura contemporânea e decolonial.

3.2 Elias e a sociogênese das relações

Elias (1994), ao propor o conceito de figuração, desloca a ideia de que os sujeitos são agentes plenamente autônomos que escolhem suas relações. Para ele, a vida social é tecida em redes de interdependência que antecedem e moldam os indivíduos. Quando migrantes se conectam entre si, não se trata apenas de uma escolha, mas da entrada em uma teia de relações já existente — com suas normas internas, hierarquias, expectativas, afetos e tensões. Elias contribui para desmontar a ideia de voluntariedade implícita na sociação simmeliana: ninguém se associa a partir do zero; associa-se a algo que já está em curso.

Isso implica reconhecer que a sociação migrante não nasce apenas como um gesto criativo de produção de comunidade, mas como forma de inserção — muitas vezes, forçada — em redes que condicionam seu acesso a trabalho, moradia, documentos e reconhecimento social. Há casos em que mulheres migrantes, por exemplo, encontram na igreja ou na associação comunitária não apenas suporte espiritual e afetivo, mas também controle moral de suas condutas, vigilância sobre seus corpos e reprodução de papéis tradicionais de gênero. Elias ajuda-nos a compreender essa ambivalência como parte constitutiva das relações humanas: toda sociação é também um jogo de interdependências e poder.

3.3 Da estranheza simmeliana ao estrangeiro racializado: Bauman e Sayad

Zygmunt Bauman (1999) retoma a figura simmeliana do estranho, porém a atualiza para a modernidade líquida, marcada pela fluidez e pela insegurança das relações. O migrante torna-se o estranho permanente — aquele que é necessário para o funcionamento da sociedade, mas cuja presença é sempre desconfortável, porque expõe fronteiras identitárias e desafia o imaginário de comunidade homogênea. Ao contrário da leitura mais neutra de Simmel, Bauman acentua a dimensão política do estrangeiro enquanto corpo que ameaça a ordem, demandando estratégias de controle e contenção.

Abdelmalek Sayad (1998) aprofunda esse deslocamento crítico. Para ele, o imigrante é o "homem duplamente ausente": ausente de sua sociedade de origem — que o vê como quem partiu — e ausente da sociedade de destino — que o trata como intruso. Essa dupla ausência desmonta a ideia simmeliana de sociação como forma livre e voluntária: se o migrante não pertence plenamente a nenhum dos espaços, a sociação torna-se um mecanismo para atenuar essa fratura existencial, não apenas uma forma de convívio. Sayad acrescenta uma dimensão colonial: a migração não é um fenômeno isolado, mas parte de um processo histórico de dominação que desloca pessoas entre periferias e centros, moldando quem migra e sob quais condições. Assim, ao olharmos para a sociação migrante, é preciso perguntar: quais relações coloniais e pós-coloniais atravessam os vínculos entre migrantes? Como o racismo e a classificação etno-racial moldam quem é bem-vindo a associar-se e quem permanece "do lado de fora"?

3.4 Pertencimento, interseccionalidade e política das fronteiras: Yuval-Davis, Ahmed e Crenshaw

Se Simmel nos oferece a arquitetura da forma social, autoras feministas e decoloniais fornecem-nos as ferramentas para enxergar quem pode habitar essa forma e sob quais custos. Yuval-Davis (2011) argumenta que o pertencimento não é apenas um sentimento subjetivo, mas um projeto político, estruturado por fronteiras simbólicas e materiais que definem quem é autorizado a ser parte de um "nós". Pertencer implica ser reconhecido — e o reconhecimento é sempre seletivo, situado e marcado por relações de poder.

A partir dessa chave, a sociação migrante não pode ser analisada apenas como espaço de acolhimento; ela também opera como mecanismo de fronteirização interna. No interior de associações migrantes, percebe-se frequentemente a reprodução de hierarquias da sociedade de origem e da sociedade de destino, organizadas por gênero, raça, classe, religião, sexualidade ou nacionalidade. Há códigos implícitos que regulam quem fala, quem lidera, quem cuida, quem limpa, quem decide e quem obedece.

A interseccionalidade proposta por Crenshaw (1989) aprofunda esse entendimento ao mostrar que as opressões não se somam, mas se entrelaçam na experiência vivida. Uma mulher haitiana negra migrante em São Paulo — como Aline — enfrenta simultaneamente racismos, sexismos, xenofobia, barreiras linguísticas, precarização laboral e deslegitimação de seus saberes. A sociação com outras mulheres migrantes pode oferecer suporte, mas também pode reforçar certos papéis tradicionais: espera-se que elas sejam "fortes", resilientes, abnegadas — atributos que fazem parte de uma gramática de gênero racializada.

Ahmed (2004a; 2012) contribui com uma leitura afetiva dessas dinâmicas. Os grupos produzem "climas afetivos" que aproximam ou repelem, convidam ou expulsam. O pertencimento, nesse sentido, é um gesto sensorial: sente-se quando se é parte e quando não se é. Ahmed lembra-nos que o corpo nunca entra neutro na sala — ele carrega história, inscrição racial, gênero, idioma, acento, vestimenta, religiosidade. Assim, as sociações migrantes

são também laboratórios afetivos onde se negociam vergonha, orgulho, culpa, desejo, medo e esperança — afetos fundamentais para a manutenção da vida em deslocamento.

Ao aproximarmos Yuval-Davis, Crenshaw e Ahmed de Simmel, torna-se explícito que a sociação migrante não pode ser entendida apenas como forma social voluntária e universal; trata-se de um campo de disputa política, no qual se definem normas de pertencimento, se reproduzem ou se subvertem hierarquias e se travam batalhas pelo direito de ser e permanecer.

3.5 Capital social, diáspora e fronteiras internas: Bourdieu, Putnam e Brah

Bourdieu (1986) oferece outro deslocamento crucial: a sociação não produz apenas acolhimento — produz capital social. Para o autor, capital social é o conjunto de recursos reais ou potenciais vinculados à participação em redes duráveis de relações. Em contextos migratórios, isso significa que integrar-se a uma associação pode garantir acesso a informações sobre empregos, moradia, documentação, cuidado infantil, saúde, oportunidades educacionais ou estratégias de proteção diante da violência urbana e da discriminação institucional. Entretanto, esse capital não está igualmente distribuído dentro dos grupos migrantes.

Há hierarquias internas: homens tendem a ocupar posições de liderança com maior facilidade; migrantes com domínio da língua local, com escolaridade reconhecida ou com vínculos religiosos consolidados acumulam mais prestígio e capacidade de mediação com instituições; recém-chegadas, mulheres, pessoas LGBTQIA+, racializadas dentro da própria diáspora, indocumentadas ou pobres enfrentam barreiras para acessar esse capital. Assim, a sociação migrante tanto pode ampliar quanto restringir oportunidades.

Putnam (2000), ao diferenciar capital social *bonding* (de ligação interna, entre iguais) e *bridging* (de conexão com alteridades), oferece um instrumental útil para compreender esses movimentos. O *bonding* é essencial para criar confiança e solidariedade entre migrantes da mesma origem, como no caso das redes haitianas e bolivianas em São Paulo; porém, quando excessivamente fechado, pode produzir guetização, isolamento e reprodução de normas conservadoras. Já o *bridging* favorece a criação de pontes com outros grupos, permitindo inserção laboral, educacional e política. O desafio da sociação migrante — e seu potencial emancipatório — reside em desenvolver ambos, de modo equilibrado.

Integrando Bourdieu e Putnam a Simmel, compreende-se que a sociação não pode ser vista apenas como forma de convivência: é também estratégia de mobilização de recursos, campo de disputa simbólica e espaço de conversão de capitais. Ao analisarmos associações de migrantes, é necessário observar quem detém o capital social, como ele circula, quem é excluído de sua distribuição e como as tensões internas refletem estruturas mais amplas de poder.

Um dos riscos recorrentes nas interpretações sobre grupos migrantes é a idealização comunitária — a ideia de que, por compartilharem origem nacional, étnica ou cultural, formariam automaticamente um corpo unido, harmônico e solidário. Hall (1996) e Gilroy (1993) já alertavam contra esse "mito da origem comum" que captura identidades diaspóricas e as reduz a essências estáveis. Brah (1996), ao propor o conceito de *diáspora space*, enfatiza que a diáspora não é constituída apenas por quem migra, mas também pelos encontros com múltiplos "outros", incluindo sujeitos locais, brancos, racializados, indígenas, nacionais e transnacionais. O espaço diaspórico é, por definição, heterogêneo, conflituoso, permeado de poder.

Essa leitura desestabiliza a visão romantizada da sociação migrante como um espaço de igualdade. Em muitos casos, o ethos comunitário — sustentado por discursos de "família", "povo", "tradição" e "raiz" — pode funcionar como dispositivo de contenção da diversidade interna, silenciando dissidências. Mulheres, pessoas LGBTQIA+, migrantes indígenas, muçulmanos/as, africanos/as de diferentes etnias, afro-latinos/as e migrantes pobres tendem a ocupar posições marginais dentro das próprias associações.

Barth (1969) já afirmava que os grupos étnicos são definidos menos pela cultura partilhada e mais pelas fronteiras que constroem. Transpondo essa ideia, compreendemos que as sociações migrantes criam fronteiras internas que distinguem "membros legítimos" de "membros indesejáveis" ou "impuros". Essas fronteiras podem se manifestar em julgamentos morais ("mulheres que vivem sozinhas", "que se relacionam com brasileiros", "que não frequentam a igreja"), em normas de vestimenta, em hierarquias geracionais e até em controle da sexualidade e da maternidade. A sociação, portanto, é arena de disputa identitária.

A crítica decolonial permite ver que as sociações migrantes são atravessadas por uma herança histórica de hierarquização colonial de humanidade. Quijano (2005) demonstra como a colonialidade do poder estabeleceu classificações raciais globais, que seguem operando após o fim formal do colonialismo. Assim, migrantes negros/as, indígenas e racializados/as não chegam ao novo território como "folhas em branco": seus corpos já estão inscritos em uma geopolítica do valor humano.

Mbembe (2018) aprofunda essa análise ao discutir o necropoder — o poder de decidir quem pode viver e quem pode morrer. Embora a sociação seja, muitas vezes, estratégia de vida, ocorre em contextos em que o Estado, o mercado e a sociedade produzem vidas mais matáveis que outras. Ao buscar apoio em uma associação, o migrante tenta escapar da zona de vulnerabilidade ontológica em que é colocado — mas não sai dela completamente.

Nascimento (1980) e Fanon (2008) lembram que o corpo negro carrega consigo o legado da violência colonial, que ressurge na vida migrante sob novas vestes: exigência de servilidade, exotização cultural, controle religioso, precarização laboral e disciplinamento moral. Nessas condições, a sociação torna-se também espaço de reexistência (Almeida, 2001): um gesto de reparar a humanidade ferida. Entretanto, a colonialidade não atua apenas "de fora" das sociações; ela pode infiltrar-se "por dentro". Em algumas diásporas, há reprodução de hierarquias internas herdadas da história colonial — por tonalidade de pele, origem regional, nível educacional ou capital econômico. Assim, uma leitura decolonial exige observar não apenas como a sociedade de destino racializa o migrante, mas como as próprias comunidades diaspóricas podem reproduzir colonialidades.

Se, no início do século XX, Simmel via a sociação como espaço relativamente livre de autorregulação, a contemporaneidade exige incorporar autores como Michel Foucault, Giorgio Agamben, Achille Mbembe, Sandro Mezzadra e Brett Neilson, que analisam dispositivos de controle, vigilância e gestão diferencial de mobilidades.

Agamben (2002) mostra como figuras como refugiados, apátridas e migrantes indocumentados ocupam zonas de exceção — espaços onde a lei é suspensa e o sujeito permanece em um limbo jurídico. Mezzadra e Neilson (2013) ampliam esse olhar ao mostrar que as fronteiras não são apenas linhas territoriais, mas regimes móveis de controle que atravessam aeroportos, abrigos, escolas, postos de saúde, aplicativos de entrega de produtos ("delivery") e até grupos comunitários. Assim, a sociação migrante pode funcionar como microdispositivo de vigilância, no qual "bons" e "maus" migrantes são diferenciados.

Butler (2015) acrescenta que o reconhecimento é sempre enquadrado — alguns corpos são reconhecíveis e choráveis; outros, não. Isso significa que a sociação pode condicionar quem merece cuidado e quem merece reprovação. Migrantes que desafiam as normas da comunidade — mulheres divorciadas, pessoas LGBTQIA+, migrantes que se relacionam com nacionais, que abandonam a fé ou recusam papéis tradicionais — podem ser deslegitimados no interior das redes de apoio. A solidariedade não é neutra; ela possui critérios morais.

Embora marcadas por contradições, as sociações migrantes são também forças de invenção social. Collins (2009) e Hooks (1994) lembram que coletividades marginalizadas historicamente criaram espaços de "*safe house*" — locais de refúgio e imaginação política onde vidas não reconhecidas puderam florescer. Nas sociações migrantes, emergem experiências semelhantes: círculos de cuidado feminino, redes de apoio jurídico, coletivos artísticos, hortas comunitárias, cooperativas de costura e encontros culturais onde se ensaiam mundos possíveis.

Essas práticas podem ser lidas como reexistências (Alves; Rabelo, 2019) — formas de viver apesar e contra a colonialidade. São movimentos de preservação cultural, mas também de criação de novas estéticas, linguagens e cosmopolíticas. Mulheres migrantes inventam pedagogias de cuidado transnacional; jovens migrantes criam raps, *slams* e poesias que conectam periferias globais; igrejas e associações transformam-se em escolas de português crítico, mediação racial e enfrentamento à xenofobia. Assim, as sociações migrantes não apenas respondem ao sistema — elas o tensionam. Criam rotas alternativas de solidariedade em cidades que as querem invisíveis. Tecem uma geopolítica dos afetos, dos restos, dos fragmentos — e, com eles, produzem futuros.

O migrante, em um novo local de morada, é um estrangeiro que está diante de novos hábitos, novas culturas e pessoas diferentes. Os primeiros vínculos estabelecidos com esse novo espaço criam sociabilidades com seus iguais, que, segundo Simmel (1983), ocorrem a partir de conteúdos e formas, como fome, amor, trabalho, religiosidade, tecnologia, entre outros, que estão presentes nas interações sociais, portanto, são fatores de sociação que interagem. Logo, a sociação migrante é uma forma de interação social que ajuda os migrantes a enfrentarem esses desafios e a criar um senso de pertencimento em um novo ambiente. As associações migrantes podem ser formais ou informais, e podem ser criadas com base em interesses compartilhados, bem como com base em um desses traços: nacionalidade, etnia, religião ou língua.

Para Simmel (1983), a sociação é uma forma de interação social caracterizada por sua natureza voluntária e livre. As sociações são criadas quando os indivíduos se reúnem com o objetivo de alcançar um objetivo comum ou para desfrutar de uma atividade em conjunto. Essas sociações podem ser formais ou informais, pequenas ou grandes, duradouras ou temporárias, e são importantes porque proporcionam um senso de pertencimento e identidade social aos indivíduos. Elas também oferecem uma maneira de lidar com a complexidade e anonimato da vida urbana moderna, permitindo que as pessoas se unam com base em interesses compartilhados e valores comuns. No entanto, Simmel (1983) também reconheceu que as sociações podem ser limitantes e restringir a liberdade e a autonomia dos indivíduos. Ele argumentou que a tendência das sociações para a conformidade e a uniformidade pode levar à perda da individualidade e da criatividade, o que pode ser prejudicial, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade como um todo.

Quando pensamos na ideia de sociação, ela se expressa a partir de várias condições formais, como a quantidade de indivíduos, o processo de dominação/subordinação, o conflito (com sua forma indireta da competição) etc. Deve-

se, então, encontrar sociações que têm fins ou interesses muito diferentes, e ver o que elas têm em comum. “As relações de dominação/subordinação, por exemplo, são relações formais dos indivíduos, e podem ser encontradas tanto num Estado, quanto numa comunidade religiosa ou artística, etc.” (Simmel, 1983, p. 62).

A sociação, em contraposição à socialização, começa a existir quando “a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração, que caem sob o conceito geral de interação” (Simmel, 1983, p. 60). Ela “é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual realizam seus interesses” (Simmel, 1983, p. 60).

As atitudes individuais e os valores sociais que estão intimamente relacionados aos movimentos migratórios são tratados pela Escola de Chicago[1] como o engajamento social que proporcionam. Em Coulon (1995), a afirmação de que um fato social é fruto da junção da atitude individual e dos valores sociais coletivos trouxe contribuições aos estudos migratórios, tornando-se característico da Escola de Chicago esse caráter analítico.

A sociação normalmente ocorre entre os grupos migrantes que procuram, entre si, os espaços em que seus conterrâneos ou próximos se relacionam para manter vivos os costumes, tradições e culturas. A identificação possui papel importante nesse sentido, através do idioma, do sotaque, das roupas etc. Podem ser formais ou informais, pequenas ou grandes, duradouras ou temporárias. Elas podem ser criadas com base em interesses compartilhados, objetivos comuns, valores culturais ou simplesmente por prazer e diversão. Por exemplo, uma associação formal pode ser uma organização sem fins lucrativos, enquanto uma sociação informal pode ser um grupo de amigos que se reúne regularmente para jogar futebol.

> [...] é a forma (realizada de incontáveis maneiras diferentes) pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses. Esses interesses, que sejam sensuais ou ideias, temporários ou duradouros, conscientes ou inconsciente, causais ou teológicos, formam a base das sociedades humanas (Simmel, 1983, p. 166).

Podemos citar o estado emocional do sujeito jovem, que deixa a casa de seus pais para morar sozinho e que se torna independente repentinamente, como é o caso de muitos dos estudantes universitários, e que encontram no seu local de estudo o viés para a socialização na cidade nova. Criam-se grupos que vão além da universidade, que demarcam território e espacialidades pelo urbano. As sociações oferecem uma forma de interação social que é diferente das relações familiares e profissionais, permitindo que os indivíduos experimentem diferentes papéis sociais e desenvolvam novas habilidades e talentos.

Interação e equivalência de elementos são fundamentais para a sociabilidade, porque um grupo constituído e inserido em uma configuração de sociedade já estabelecida gera impasses e conflitos de convivência que dinamizam as estruturas residenciais, o comércio e o próprio espaço urbano. Por sua vez, os interesses individuais não se sobressaem na interação grupal, pois a sociabilidade dada ao seu tato subjetivo cria um mundo ideológico, em que o prazer individual nas sociações e interações só é possível se vinculado ao prazer do outro. Criam-se mecanismos e formas de agir dentro de um grupo, que acabam se igualando para poder agir normalmente; as formas de interação estão imbuídas de interesse como em um jogo social da vida real.

---

[1] A Escola Sociológica de Chicago, ou Escola de Chicago, surgiu nos Estados Unidos, na década de 1910, por iniciativa de sociólogos norte-americanos que integravam o corpo docente do Departamento de Sociologia da Universidade de Chicago.

A fixação do migrante no local de destino dependerá de fatores que condicionem seu envolvimento com o novo lugar. Nesse sentido, para que o migrante alcance uma sensação de acolhimento, de bem-estar, seu sentimento de incerteza e de instabilidade deve ser superado, e isso dependerá das restrições ou condições em termos de identificação sociocultural e socioespacial (Marandola Junior; Dal Gallo, 2010).

Simmel (1983) considera o estrangeiro como aquela pessoa que se desloca de um lugar para outro, e que ao viver ali não se insere igualmente no grupo social. A figura do comerciante, por exemplo, remetia à ideia de estrangeiro, devido ao ato da comercialização de produtos só ser necessário quando da demanda de produtos externos ao que o grupo produzia, pois o estrangeiro, naquele momento, estabelecia um acordo de não relação com os demais do grupo já estabelecido anteriormente à sua chegada. Observa-se, então, que os elementos de distância e proximidade, ali, estavam relevados pelo grupo. No entanto, as sociações migrantes também podem ter efeitos negativos, especialmente quando são formadas com base na exclusão ou marginalização de outros grupos. Além disso, as associações migrantes podem levar à fragmentação da sociedade e à formação de guetos, o que pode ser prejudicial, tanto para os migrantes quanto para a sociedade como um todo. Por isso, é importante que as sociações migrantes sejam inclusivas e abertas a indivíduos de todas as origens e identidades.

Sayad (1998) traz, como exemplo, a presença de argelianos na França, que sofrem inúmeras ações de discriminação, exclusão, adaptação, dificuldades financeiras e, mesmo não desejando, acabam servindo de exemplo para aqueles que ficaram no lugar de origem a imitarem a decisão de emigrar. Goettert (2008) traz o exemplo da migração dos gaúchos para o estado do Mato Grosso, quando apresenta que o sofrimento faz parte do processo de migração daqueles que enfrentam o desafio de viver em um espaço diferente do seu.

Os grupos sociais já estabelecidos em seu local de origem, ao receberem a inserção de grupos diferentes no seu espaço de vivência, tendem a considerá-los inferiores. Assim, as atitudes de fofocas e exclusão da vida social tornam-se comuns. Infelizmente, isso é uma verdade, e esse fenômeno é conhecido como preconceito e discriminação.

Quando grupos diferentes entram em um espaço de vivência de um grupo estabelecido, muitas vezes há um choque cultural, já que as tradições, valores e normas podem ser diferentes. Isso pode levar a mal-entendidos e conflitos, especialmente se não houver uma comunicação adequada e um esforço de compreensão mútua. Em muitos casos, os grupos estabelecidos podem responder a essa mudança de maneira negativa, por meio de fofocas e exclusão social, podendo levar à marginalização dos grupos recém-chegados e à perpetuação do preconceito e da discriminação. No entanto, é importante notar que esse comportamento não é inevitável e que há maneiras de mitigar esses efeitos negativos. Uma abordagem construtiva envolve a promoção da compreensão mútua e o incentivo à inclusão social. Isso pode envolver a realização de atividades conjuntas que promovam o entendimento e o respeito mútuo, bem como a criação de políticas inclusivas que garantam que todos os grupos sejam tratados com equidade e justiça.

A afirmação da identidade ocorre a partir da coesão do grupo antigo, e ela não inclui o novo grupo nos postos de poder social. Nesse sentido, Elias e Scotson (2000), quando falam dos estabelecidos e *outsiders*, ajudam a entender a unidade estrutural de algumas relações de grupos. O grupo mais antigo se reconhece como superior ao outro e o estigmatiza. Um grupo só é estigmatizado quando está inserido em condições instáveis de poder; logo, o

estabelecido tende a ter condições de poderes bem instaladas, com normas e regras de viver estabelecidos para a perpetuação dos costumes. Os estabelecidos geralmente têm laços mais estreitos com a comunidade e mantêm o controle sobre as instituições sociais, econômicas e políticas. Eles tendem a impor suas normas e valores aos *outsiders*, e, quando essas normas são desafiadas, os estabelecidos podem usar sua influência para reprimi-los ou exclui-los. Por outro lado, os *outsiders* são geralmente vistos como diferentes e estranhos pelos estabelecidos. Eles podem ser marginalizados por causa de sua classe social, etnia, religião, nacionalidade ou outras características que os diferenciam dos estabelecidos. Eles podem ter menos acesso a recursos e oportunidades, e podem ser excluídos dos círculos de poder.

Elias e Scotson (2000) argumentam que essas relações de poder não são estáticas, e podem mudar ao longo do tempo. Os *outsiders* podem se tornar estabelecidos, se adotarem as normas e valores da comunidade e se integrarem aos círculos de poder. Da mesma forma, os estabelecidos podem se tornar *outsiders,* se desafiarem as normas e valores estabelecidos ou se perderem seus status e privilégios. Nesse sentido, as relações sociais entre estabelecidos e *outsiders* são dinâmicas e podem mudar ao longo do tempo. Esses autores observaram que, à medida que os *outsiders* se estabeleciam na comunidade e criavam redes sociais próprias, podiam começar a desafiar a posição dos estabelecidos. Essa mudança nas relações sociais podia levar a conflitos e tensões, mas também podia levar a mudanças positivas na comunidade.

Para Sayad (1998; 2000), aqueles que emigraram para outro lugar desafiaram-se a enfrentar uma realidade totalmente diferente de sua sociedade de origem, e, na maioria das vezes, a hostilidade, o preconceito, o abandono, as dificuldades sociais que enfrentam alimentam o desejo de se refugiarem nas lembranças nostálgicas de sua sociedade de origem. O maior desejo de todo imigrante é o retorno às suas origens, e esse anseio de retornar é constante, mas as dificuldades de assim proceder mantêm-nos unidos em comunidades, onde os laços de solidariedade criam redes antagônicas de sofrimento e esperança. Em Sayad (1998; 2000), os migrantes desafiam as normas sociais e culturais estabelecidas em sua sociedade de origem ao deixar o país para viver em outro lugar. Eles tornam-se parte de uma diáspora e enfrentam desafios significativos, mas também podem ter um impacto significativo na cultura e na economia de ambos os países.

Elias e Scotson (2000) falam de estabelecidos e *outsiders*, o que Sayad (1998; 2000) também já apontava ao trazer a ideia de que os migrantes são geralmente vistos como *outsiders* em sua sociedade de destino, o que significa que eles são vistos como diferentes, e, muitas vezes, enfrentam discriminação e marginalização. Ainda, o autor também argumentava que os migrantes são *outsiders* em sua própria sociedade, já que eles desafiaram as normas sociais e culturais estabelecidas ao deixar o país (Sayad, 1998; 2000). É nesse sentido que entendemos que migrantes se tornam parte de uma diáspora, um grupo disperso de pessoas que compartilham uma origem comum. Eles mantêm laços com suas famílias e comunidades de origem, mas também criam redes sociais e culturais em seu país de destino.

O processo de migração pode levar a mudanças significativas nas identidades culturais e políticas dos migrantes, pois podem se sentir alienados e deslocados em seu país de destino, mas também podem se tornar mais críticos e conscientes de sua cultura de origem. Ao mesmo tempo, eles podem enfrentar desafios políticos, como a

falta de direitos e de acesso a serviços básicos, o que pode levar a um senso de injustiça e uma luta por direitos e igualdade.

Tanto Sayad (1998; 2000) quanto Elias e Scotson (2000) destacam a importância das relações sociais na vida dos indivíduos e dos grupos, seja em contextos de migração ou de relações entre estabelecidos e *outsiders* em uma comunidade. Embora tenham abordagens diferentes para o estudo da migração, os autores destacam a importância das relações sociais na vida dos migrantes e dos grupos estabelecidos em uma comunidade. Sayad (1998; 2000) e Elias e Scotson (2000) destacam a importância da interação social para a compreensão da experiência migratória. Eles mostram como as relações sociais são fundamentais para a formação de identidades, para a inclusão ou exclusão social, e para a construção de redes sociais que podem ajudar os migrantes a se adaptar a um novo ambiente e superar as dificuldades que encontram.

O conceito de sociação é fundamental para a compreensão das migrações femininas, pois as mulheres frequentemente enfrentam desafios adicionais em relação aos homens ao se mudarem para um novo país. Esses desafios incluem o acesso limitado a empregos bem remunerados, barreiras linguísticas e culturais, e o risco aumentado de violência de gênero e exploração. Nesse sentido, o conceito de sociação pode ser particularmente útil para entender como as mulheres migrantes constroem redes de apoio e solidariedade para enfrentar esses desafios. Essas redes podem incluir familiares, amigos, grupos de mulheres migrantes e organizações comunitárias, entre outros. Além disso, as mulheres migrantes geralmente mantêm relações transnacionais significativas, especialmente com suas famílias e comunidades de origem. Essas relações transfronteiriças podem ser fundamentais para o bem-estar emocional e material das mulheres migrantes, e podem influenciar suas decisões sobre permanecer ou retornar ao seu país de origem.

A sociação migrante não emerge, como sugeriria Simmel, apenas de atos voluntários entre sujeitos autônomos que buscam compartilhar atividades ou afetos. Ela é, para muitos, condição de sobrevivência em territórios hostis e estratégia de recomposição identitária diante da ruptura de pertencimentos provocada pelo deslocamento. Como evidenciam Elias, Bauman e Sayad, os migrantes não “escolhem” livremente seus circuitos de sociabilidade: entram em teias de interdependência já estruturadas, ocupando posições quase sempre desiguais. A experiência migrante é produzida na intersecção de múltiplos sistemas de dominação — coloniais, patriarcais, raciais, econômicos — que modulam quem pode pertencer e em que condições.

À luz de Yuval-Davis, Ahmed e Crenshaw, torna-se evidente que o pertencimento é atravessado por disputas de significado, reconhecimento e poder: a sociação é também um campo de fronteirização interna, onde alguns corpos são incluídos sob a condição de conformidade, enquanto outros são silenciados, policiados ou expulsos. A reprodução de normatividades patriarcais, raciais e de classe no interior de associações migrantes exige que a sociação seja compreendida como um espaço simultâneo de cuidado e controle, de solidariedade e vigilância.

O diálogo com Bourdieu e Putnam demonstra que sociações produzem e distribuem capital social — mas de forma desigual. Operam como dispositivos de mobilização de recursos e oportunidades, mas também de conversão e acumulação de capitais que reforçam hierarquias internas. Assim, não são apenas redes afetivas: são infraestruturas políticas e econômicas que organizam o acesso à vida digna.

Ao incorporar a Geografia crítica e decolonial — especialmente Lefebvre, Haesbaert e Walsh — observamos que a sociação migrante não se limita ao plano relacional — ela produz espaço, cria territorialidades, ressignifica lugares e disputa o direito à cidade. Ela ancora vidas em movimento e fabrica "casas provisórias", materiais e simbólicas, que desafiam fronteiras e desestabilizam a ideia moderna de território único, fixo e nacional. No entanto, a sociação não opera apenas como resistência: ela pode, simultaneamente, reproduzir colonialidades, hierarquias de raça e gênero e moralidades que restringem projetos de vida. Sob regimes modernos de controle das mobilidades, pode tornar-se uma tecnologia de vigilância e normatização cultural, reforçando padrões e disciplinando condutas.

A sociação migrante deve ser compreendida como um fenômeno dialético e politicamente situado: é dispositivo de sobrevivência e reexistência diante da colonialidade, mas também pode operar como engrenagem que mantém estruturas opressoras. A potência transformadora da sociação reside exatamente na tensão entre esses polos — e na capacidade de transformá-la em espaço de criação de mundos possíveis, marcados pela dignidade, pluralidade e justiça social.

4 Teorias que analisam as mulheres na migração

A migração é uma decisão difícil e frequentemente forçada, e as mulheres enfrentam desafios únicos e obstáculos em sua jornada para buscar uma vida melhor. As mulheres migrantes podem enfrentar a discriminação de gênero, falta de acesso a serviços e direitos, exploração e violência, além de serem forçadas a abandonar suas comunidades e redes de apoio. No entanto, as mulheres migrantes também são agentes de mudança e resiliência, muitas vezes superando esses desafios e contribuindo para a sociedade de acolhimento.

A discriminação de gênero é um problema global que afeta mulheres em todas as esferas da vida. As mulheres migrantes enfrentam discriminação adicional devido à sua condição de migrante. Elas podem enfrentar discriminação em termos de emprego, educação, saúde e moradia (Kofman; Raghuram, 2019). Além disso, muitas mulheres migrantes são vítimas de violência de gênero, incluindo violência doméstica, abuso sexual e exploração sexual.

A integração e participação das mulheres migrantes nas comunidades de acolhimento são cruciais para garantir que elas possam desfrutar de seus direitos humanos e contribuir para a sociedade. Segundo Anzaldúa (2012), a participação ativa das mulheres migrantes nas decisões que afetam suas vidas é fundamental para garantir que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. Além disso, a integração das mulheres migrantes nas comunidades locais pode promover a diversidade cultural e étnica, e enriquecer a sociedade de acolhimento.

As mulheres migrantes têm sido objeto de estudo em várias teorias acadêmicas, como a teoria da migração, a teoria da interseccionalidade e a teoria do feminismo migratório. Cada uma dessas teorias fornece uma perspectiva única sobre as experiências das mulheres migrantes e os desafios que elas enfrentam. A teoria da migração feminina explora os fatores econômicos, políticos e sociais que influenciam a decisão de uma pessoa de migrar, enfatizando que a migração é uma resposta a desigualdades econômicas e políticas e que as pessoas se deslocam em busca de melhores oportunidades de vida.

Já a teoria da interseccionalidade argumenta que as pessoas são afetadas por múltiplas formas de opressão, incluindo opressão baseada em gênero, raça, classe social e outros fatores identitários. A interseccionalidade reconhece que a opressão é interdependente e que as mulheres migrantes enfrentam uma combinação de opressões que afetam suas experiências de migração. Por exemplo, as mulheres migrantes que pertencem a grupos minoritários étnicos enfrentam desafios adicionais devido à discriminação racial e cultural. Segundo Grossi (2011), as mulheres migrantes que pertencem a famílias de baixa renda enfrentam barreiras financeiras adicionais para a migração, além de riscos mais elevados de exploração e violência.

A teoria do feminismo migratório enfatiza a importância da perspectiva de gênero na compreensão das experiências das mulheres migrantes. Essa teoria argumenta que a migração é uma questão de gênero, uma vez que as mulheres são afetadas de maneira diferente pelos fatores que influenciam a migração (Grewal; Kaplan, 2001). O feminismo migratório reconhece que as mulheres migrantes enfrentam uma série de desafios únicos, incluindo a exploração sexual, o trabalho doméstico não remunerado e a falta de acesso a serviços e direitos básicos. Essa teoria enfatiza a importância da proteção dos direitos humanos das mulheres migrantes e da promoção da igualdade de gênero nas políticas e práticas de migração (Rangel, 2016).

A teoria do capital humano parte do pressuposto de que as pessoas tomam decisões racionais sobre sua migração com base nas oportunidades econômicas e sociais disponíveis. Segundo essa teoria, a migração é vista como uma estratégia para aumentar o capital humano e melhorar as perspectivas de vida. No contexto das mulheres migrantes, a teoria do capital humano pode ajudar a explicar por que muitas mulheres deixam seus países de origem em busca de melhores oportunidades de emprego e educação. Triandafyllidou e Maroukis (2013) informam que, no entanto, a teoria também tem sido criticada, por não levar em consideração outros fatores que influenciam a decisão de migrar, como a violência de gênero, a instabilidade política e a falta de acesso a serviços básicos.

Segundo Zimmerman, Kiss e Hossain (2011), a teoria da vulnerabilidade argumenta que as mulheres migrantes estão em situação de maior vulnerabilidade do que os homens, devido a uma série de fatores, como a discriminação de gênero, a exploração sexual e a falta de acesso a serviços de saúde e educação. Essa teoria destaca as desigualdades que as mulheres enfrentam na migração, bem como a importância de políticas e práticas que garantam sua proteção e integração nas novas comunidades de acolhimento. No entanto, alguns críticos argumentam que essa teoria pode levar a uma visão paternalista das mulheres migrantes, como se elas fossem vítimas indefesas que precisam de proteção.

Por fim, na teoria da transnacionalidade há uma ênfase na conexão entre as comunidades de origem e de destino dos migrantes, bem como ela reconhece que muitos migrantes mantêm laços e conexões com seus países de origem. Essa teoria argumenta que a migração é um processo que envolve a transmissão de recursos e ideias entre as comunidades de origem e de destino. No contexto das mulheres migrantes, a teoria da transnacionalidade pode ajudar a explicar como as mulheres mantêm laços com suas famílias e comunidades de origem (Bivand; Oeppen, 2018).

5 Conclusões

Pensar as migrações a partir da experiência feminina não significa apenas incluir mulheres em um debate consolidado, mas questionar os fundamentos epistêmicos que estruturaram o campo. As teorias migratórias clássicas foram, em grande medida, moldadas por um paradigma androcêntrico, eurocentrado e racializado, que universalizou o sujeito migrante como masculino, branco e economicamente motivado. Deslocar esse olhar implica tornar visíveis corpos, afetos, territorialidades e saberes historicamente silenciados.

Não basta acrescentar gênero às análises; é preciso transformá-las. O giro feminista e decolonial evidencia que a mobilidade é atravessada por relações estruturais de poder que articulam gênero, raça, classe, sexualidade e nacionalidade de forma interseccional. A interseccionalidade, nesse sentido, não é mera categoria analítica, mas projeto ético e político de leitura do mundo.

Ao recentrar experiências femininas e racializadas, afirma-se um conhecimento situado e crítico do universalismo abstrato. Mulheres migrantes não são apenas objetos de estudo, mas produtoras de saberes e práticas de resistência. Suas sociações revelam arenas de disputa e, simultaneamente, territórios de invenção, onde emergem estratégias de cuidado, pertencimento e reexistência.

Pensar migrações desde o Sul Global é, portanto, imperativo político e epistemológico. Significa reconhecer as mobilidades como constitutivas do presente e produzir uma ciência plural, comprometida com a justiça cognitiva. Sem incorporar essas experiências ao centro analítico, continuaremos a produzir leituras parciais e injustas sobre o que significa migrar, resistir e reterritorializar a vida.

Contribuições das pessoas autoras (CRediT): Todas as etapas do artigo foram elaboradas, desenvolvidas e revisadas pela única autora, Karla Rosário Brumes. A autora foi responsável pela concepção metodológica, coleta e produção de dados, análise dos resultados, redação da primeira versão do manuscrito, bem como pela revisão, edição e aprovação da versão final do texto.

Disponibilidade de dados: Não se aplica, pois o manuscrito não utiliza base de dados ou materiais passíveis de disponibilização em repositório.

Financiamento: Esta pesquisa não recebeu financiamento externo.

Agradecimentos: Não se aplica.

Declaração do uso de inteligência artificial: A autora declara não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de modo relevante na elaboração do manuscrito ou na realização da pesquisa..

Conflito de interesses: A autora declara não haver conflito de interesses.

Referências

ABUD, D. L. et al. Migração de retorno: entre significados e materialidades. In: ENCONTRO [...]. Anais [...]. [S.l.: s.n.], [s.d.].

AGAMBEN, G. Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. 207p.

AHMED, S. On being included: racism and diversity in institutional life. Durham: Duke University Press, 2012. https://doi.org/10.1515/9780822395324

AHMED, S. The cultural politics of emotion. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2004a.

ALMEIDA, H. B. de. Migração e trabalho doméstico feminino: velhas e novas perspectivas. Cadernos Pagu, Campinas, n. 16, p. 185–205, 2001.

ANTICO, C. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 110–120, out./dez. 2005b.

ANTICO, C. Identidade, cultura e migrações. Belo Horizonte: Autêntica, 2005a.

ANZALDÚA, G. Borderlands/La frontera: the new mestiza. 1. ed. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

APPADURAI, A. Dimensões culturais da globalização. Lisboa: Teorema, 2004a.

APPADURAI, A. Medo ao pequeno número: ensaio sobre a geografia da raiva. São Paulo: Iluminuras, 2004b.

BAKEWELL, O. Some reflections on structure and agency in migration theory. Journal of Ethnic and Migration Studies, v. 36, n. 10, p. 1689–1708, 2010.

BARTH, F. Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference. London: Allen & Unwin, 1969.

BIVAND, E. M.; OEPPEN, C. Migrant women and entrepreneurship: the role of social capital. Social Politics: International Studies in Gender, State & Society, v. 25, n. 2, p. 185–209, 2018.

BLUNT, A. Cultural geographies of migration: mobility, transnationality, and diaspora. Progress in Human Geography, v. 31, n. 4, p. 684–694, 2007a.

BLUNT, A. Cultural geography: space, place and culture. London: Routledge, 2007b.

BOURDIEU, P. The forms of capital. In: RICHARDSON, J. G. (Ed.). Handbook of theory and research for the sociology of education. New York: Greenwood Press, 1986. p. 241-258.

BRAH, A. Cartographies of diaspora: contesting identities. London; New York: Routledge, 1996.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I a woman? Revisiting intersectionality. Journal of International Women's Studies, v. 5, n. 3, p. 75–86, 2004.

BRETTELL, C. B.; SARGENT, C. F. (eds.). Gender and migration. Urbana: University of Illinois Press, 2000.

BRUMES, K. R. A configuração da paisagem urbana em pequenas cidades do centro sul do Paraná a partir da presença de imigrantes ucranianos: "migrantscape". Irati: [s.n.], 2013.

BUTLER, J. Notes toward a performative theory of assembly. Cambridge: Harvard University Press, 2015. 248p.

CERTEAU, M. de. A invenção do cotidiano: 1 – artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARLOT, B. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Artmed, 2000.

COHN, G. As diferenças finas: de Simmel a Luhmann. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n. 38, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br] (http://www.scielo.br). Acesso em: 13 ago. 2022.

COLLINS, P. H. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, P. H. Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009.

COULON, A. A Escola de Chicago. Campinas: Papirus, 1995.

CURIEL, O. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Nómadas, n. 26, p. 92–101, 2007.

EHRENREICH, B.; HOCHSCHILD, A. R. (org.). Global woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy. New York: Metropolitan Books, 2004.

ELIAS, N. O processo civilizador: uma história dos costumes. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. v. 1.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. Os estabelecidos e os outsiders. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FANON, F. Pele negra máscaras brancas. Tradução Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008. 194p.

FRANÇA, T. Entre reflexões e práticas: feminismos e militância nos estudos migratórios. e-cadernos CES, n. 18, 2012a. Disponível em: [http://journals.openedition.org] (http://journals.openedition.org). Acesso em: 22 jun. 2022.

FRANÇA, T. M. Gênero, migração e domesticidade: entrelaçamentos. Cadernos Pagu, n. 38, p. 75–98, 2012b.

GALARZA, E. The migration of workers in the United States. New York: Columbia University Press, 1964.

GÉSERO, M. P. M. Configuração da paisagem urbana pelos imigrantes: o Martim Moniz na "migrantscape" de Lisboa. 2011. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

GILROY, P. The Black Atlantic: modernity and double consciousness. London; New York: Verso, 1993.

GOETTERT, J. D. O espaço e o vento. Dourados: Editora UFGD, 2008.

GREIDER, T.; GARKOVICH, L. Landscapes: the social construction of nature and the environment. Rural Sociology, v. 59, p. 1–24, 1994.

GREWAL, I.; KAPLAN, C. Gender in a transnational world: introduction. Signs, v. 26, n. 4, p. 903–909, 2001.

GROSSI, M. P. Interseccionalidades e experiências de migrantes no Brasil. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 539–551, 2011.

HALL, S. Who needs 'identity'? In: HALL, S.; DU GAY, P. (Ed.). Questions of cultural identity. London: Sage, 1996. p. 1-17.

HARAWAY, D. Situated knowledges: the science question in feminism and the privilege of partial perspective. Feminist Studies, v. 14, n. 3, p. 575-599, 1988. https://doi.org/10.2307/3178066

HERRERA, G. Género y migración internacional. Política y Sociedad, v. 49, n. 1, p. 35–46, 2012.

HONDAGNEU-SOTELO, P. Domestica. Berkeley: University of California Press, 2001.

HOOKS, B. Teaching to transgress. New York: Routledge, 1994.

KOFMAN, E.; RAGHURAM, P. (eds.). Gender and migration. London: Routledge, 2019.

LAN, P. C. Global Cinderellas. Durham: Duke University Press, 2006.

LEVITT, P. The transnational villagers. Berkeley: University of California Press, 2001.

LUGONES, M. Colonialidad y género. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf. Acesso em: 25 mai. 2026.

MAHLER, S. J.; PESSAR, P. R. Gender matters. International Migration Review, v. 40, n. 1, p. 27–63, 2006.

MALDONADO-TORRES, N. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. Cultural Studies, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007. https://doi.org/10.1080/09502380601162548

MARANDOLA JR., E.; DAL GALLO, P. M. Ser migrante: implicações territoriais e existenciais da migração. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 407-424, 2010.

MASSEY, D. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. Tradução Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312p.

MASSEY, D. et al. Worlds in motion. Oxford: Clarendon Press, 1998.

MASSEY, D. Space, place and gender. Cambridge: Polity Press, 1994. 280p.

MATOS, R.; BRAGA, E. Migração e urbanização no Brasil. São Paulo: Contexto, 2002.

MBEMBE, A. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80p.

MCILWAINE, C.; HUMPHRIS, R. Gender and migration. London: SAGE, 2018.

MEZZADRA, S. Direito de fuga. São Paulo: Unesp, 2004.

MEZZADRA, S.; NEILSON, B. Border as method, or, the multiplication of labor. Durham; London: Duke University Press, 2013. 384p.

NASCIMENTO, A. do. O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista. Petrópolis: Vozes, 1980.

ONG, A. Flexible citizenship. Durham: Duke University Press, 1999.

OYẸWÙMÍ, O. The invention of women: making an African sense of western gender discourses. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997. 256p.

PARREÑAS, R. S. Children of global migration. Stanford: Stanford University Press, 2005.

PISCITELLI, A. On gringos and natives: gender and sexuality in the context of international sex tourism. Vibrant – Virtual Brazilian Anthropology, v. 1, n. 1, p. 87–114, 2004. Disponível em: https://vibrant.org.br/issues/v1n1/adriana-piscitelli-on-gringos-and-natives/. Acesso em: 25 mai. 2026.

PUTNAM, R. D. Bowling alone: the collapse and revival of American community. New York: Simon & Schuster, 2000. 544p.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 25 mai. 2026.

SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SASSEN, S. The globalization of inequality. New York: Columbia University Press, 2018.

SAYAD, A. A imigração ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: Edusp, 1998.

SCOTT, J. Gender: a useful category of historical analysis. The American Historical Review, v. 91, n. 5, p. 1053–1075, 1986.

SIMMEL, G. O estrangeiro. In: MORAIS FILHO, E. (org.). Georg Simmel: sociologia. São Paulo: Ática, 1983. p. 182–188.

TOURAINE, A. Crítica da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994.

TUAN, Y.-F. Espaço e lugar. São Paulo: Difel, 1983.

WALSH, C. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: WALSH, C. (Org.). Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito: Abya-Yala, 2013. p. 23-68.

YOUNG, I. M. Gender as seriality. Signs, v. 19, n. 3, p. 713–738, 1995.

YUVAL-DAVIS, N. The politics of belonging: intersectional contestations. London: Sage, 2011. 252p.

SOBRE A AUTORIA

Karla Rosário Brumes

Professora Associada A no Departamento de Geografia de Irati e do Programa de Pós-Graduação em Geografia, do qual também é coordenadora, ambos da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2010), mestre pela mesma instituição (2003) e graduada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2000). Pós-doutora pela Universidade de Lisboa (2013) e pela Universidade de São Paulo (2023). Pesquisa migrações, mobilidade espacial, redes socioespaciais e produção do espaço urbano.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-9683-2922
E-mail: kbrumes@hotmail.com